

## APLICABILIDADE DA GESTÃO AMBIENTAL NO FÓRUM DA COMARCA DE JUARA – MT

APPLICABILITY OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN THE JUARA DISTRICT FORUM – MT

APLICABILIDAD DE LA GESTIÓN AMBIENTAL EN EL FORO DISTRITAL DE JUARA – MT

Amanda Caroline Roxadeli Flor - amanda.flor@unemat.br

Sandra Mara dos Santos - sandra.mara@unemat.br

Alexandre Nascimento - alexandre.nascimento1@unemat.br

Gildete Evangelista da Silva - domgill@unemat.br

Submissão em: 28/03/2025

Aceito em: 05/04/2025

### RESUMO

Por gestão ambiental empresarial, entende-se o conjunto de normas e diretrizes aplicadas por uma empresa em relação ao meio ambiente, como a empresa trata os aspectos ligados ao desenvolvimento das atividades e a preservação ambiental. Assim, o presente trabalho tem como objetivo compreender a aplicabilidade do sistema de gestão ambiental no Fórum da Comarca de Juara-MT, partindo da investigação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades e da existência de alternativas que minimizariam tais interferências. Para tanto, recorreu-se à pesquisa descritiva com abordagem quali-quantitativa por meio da aplicação de um questionário à 41 servidores, bem como a realização de uma entrevista junto à gestora do fórum. É importante notar que muitos servidores estão cientes de práticas de sustentabilidade em andamento no Fórum, como a digitalização de documentos e a reciclagem de lixo. No entanto, os dados também destacam áreas onde a conscientização e o engajamento precisam ser fortalecidos, especialmente no que diz respeito à comunicação interna e à divulgação das iniciativas de sustentabilidade. Diante disso, os dados fornecem um roteiro para melhorias em várias áreas, incluindo comunicação interna, conscientização e estabelecimento de metas específicas de sustentabilidade. Assim sendo, convém não apenas estabelecer medidas e leis no papel, sem que os servidores, responsáveis por fazer da lei realidade, estejam cientes das medidas pretendidas, sendo necessário, portanto, uma atualização informacional entre os servidores do Fórum e uma maior participação ativa deles nas práticas ambientais pretendidas.

**Palavras-chave:** Gestão ambiental, Sustentabilidade, Práticas ambientais

### ABSTRACT

Corporate environmental management is understood as the set of standards and guidelines applied by a company in relation to the environment, how the company treats aspects linked to the development of activities and environmental preservation. Thus, the present work aims to understand the applicability of the environmental management system in the Juara-MT District Forum, starting from the investigation of the environmental impacts resulting from its activities and the existence of alternatives that would minimize such interference. To this end, descriptive research was used with a qualitative-quantitative approach through the application of a questionnaire to 41 servers as well as an interview with the forum manager. It is important to note that many employees are aware of ongoing sustainability practices in the district, such as document scanning and waste recycling. However, the data also highlights areas where awareness and engagement need to be strengthened, especially

with regards to internal communication and the dissemination of sustainability initiatives. Given this, the data provides a roadmap for improvements in several areas, including internal communication, awareness and setting specific sustainability goals. Therefore, it is advisable not only to establish measures and laws on paper, without the civil servants, responsible for making the law a reality, being aware of the intended measures; in the environmental practices intended by the Juara district.

**Keywords:** Environmental management, Sustainability, District of Juara-MT, Environmental practices

## RESUMEN

Por gestión ambiental empresarial, se entiende el conjunto de normas y directrices aplicadas por una empresa en relación con el medio ambiente, cómo la empresa trata los aspectos relacionados con el desarrollo de las actividades y la preservación ambiental. Así, el presente trabajo tiene como objetivo comprender la aplicabilidad del sistema de gestión ambiental en el Foro de la Comarca de Juara-MT, partiendo de la investigación de los impactos ambientales derivados de sus actividades y de la existencia de alternativas que minimizarían tales interferencias. Para ello, se recurrió a la investigación descriptiva con enfoque cuali-cuantitativo mediante la aplicación de un cuestionario a 41 servidores, así como la realización de una entrevista con la gestora del foro. Es importante notar que muchos servidores están conscientes de las prácticas de sostenibilidad en curso en el Foro, como la digitalización de documentos y el reciclaje de basura. Sin embargo, los datos también destacan áreas donde la concienciación y el compromiso necesitan ser fortalecidos, especialmente en lo que respecta a la comunicación interna y la divulgación de las iniciativas de sostenibilidad. Ante esto, los datos proporcionan una hoja de ruta para mejoras en varias áreas, incluyendo comunicación interna, concienciación y establecimiento de metas específicas de sostenibilidad. Así, conviene no solo establecer medidas y leyes en el papel, sin que los servidores, responsables de hacer realidad la ley, estén conscientes de las medidas pretendidas, siendo necesario, por lo tanto, una actualización informativa entre los servidores del Foro y una mayor participación activa de ellos en las prácticas ambientales pretendidas.

**Palabras clave:** Gestión ambiental, Sostenibilidad, municipio de Juara-MT, Prácticas ambientales

## 1 INTRODUÇÃO

As preocupações com as questões relacionadas ao meio ambiente iniciaram-se no decorrer do século XX, por meio da expansão das indústrias, do desenvolvimento do comércio e a utilização desenfreada de recursos naturais renováveis e não renováveis ocorridos com a expansão econômica no mundo. A crise ambiental constituiu-se na história em consequência do crescimento econômico, negando a racionalidade do pensamento e da utilização dos recursos naturais, surge assim; os principais aspectos dos problemas socioambientais (Martine; Alves, 2015).

O conceito inicial de sustentabilidade estava relacionado à ideia de sobrevivência, enfrentando desafios e lutando pela preservação da vida, com o objetivo de manter o controle sobre o ambiente humano. No contexto atual, essa visão de que todos os aspectos estão interconectados, e o mundo está cada vez mais interligado em escala global, levou a uma redefinição tanto em termos conceituais quanto práticos. Isso envolve uma mudança na abordagem tradicional do desenvolvimento orientado pelo consumidor para um foco na transformação da

sociedade, onde a gestão do meio ambiente desempenha um papel fundamental (Almeida, 2002).

Por gestão ambiental empresarial, entende-se o conjunto de normas e diretrizes aplicadas por uma empresa em relação ao meio ambiente, como a empresa trata os aspectos ligados ao desenvolvimento das atividades e a preservação ambiental. Assim, a aplicação de práticas ambientais nas organizações refere-se à fatores relacionados ao meio ambiente, à utilização dos recursos naturais renováveis e não renováveis, bem como, à redução, eliminação ou compensação dos problemas ambientais ocasionados pelas atividades desenvolvidas (Barbieri, 2017).

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo compreender a aplicabilidade do sistema de gestão ambiental no Fórum da Comarca de Juara-MT, partindo da investigação dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades e da existência de alternativas que minimizariam tais interferências. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos: descrever as práticas ambientais desenvolvidas no Fórum da Comarca de Juara- MT; avaliar como funciona o plano de ação socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; propor melhorias na metodologia e no sistema de plano de ação proposto pelo Judiciário para a implementação de sistemas de gestão ambiental, em conformidade com os requisitos propostos pela ISO 14001.

Cabe destacar que o estudo parte do seguinte questionamento: quais práticas ambientais são implementadas pelo poder Judiciário da Comarca de Juara? Para responder à problemática proposto e aos objetivos supramencionados, foi necessário realizar um levantamento bibliográfico conjuntamente uma pesquisa descritiva e um estudo de caso.

Evidencia-se ainda, que esta pesquisa se justifica pelo interesse pessoal da autora em verificar aplicabilidade da gestão ambiental em uma organização pública do Poder Judiciário, por comprar e consumir grandes quantidades de recursos naturais renováveis. E, por ser um multiplicador de suas ações, pode auxiliar na mitigação de práticas de consumo consciente e no despertar da preocupação individual e coletiva, cooperando para a construção de consciência crítica. O estudo também se torna relevante para a universidade, uma vez que é crescente a preocupação com o meio ambiente e a responsabilidade de todos deve ser colocada em prática.

Além disso, espera-se que os resultados aqui apresentados contribuam com a verificação da efetividade das ações desenvolvidas no Fórum da Comarca e contribuir com sua consecução, bem como elaborar outros, desenvolvendo material de apoio para a disseminação da importância da sustentabilidade, por meio da educação ambiental e sensibilização dos diversos servidores e do público externo.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

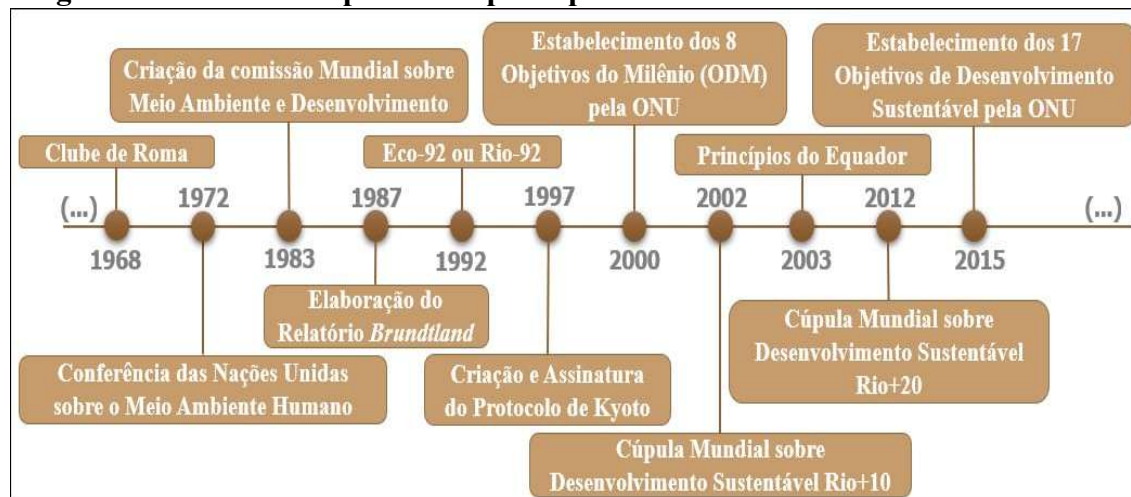
### 2.1 Meio Ambiente e Aspectos Históricos

Ao longo da história, observamos que a degradação ambiental existe desde os primórdios das sociedades. Inicialmente, os seres humanos utilizavam os recursos naturais apenas para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência. No entanto, com o passar do tempo as sociedades se desenvolveram, evidenciando que a natureza poderia ser explorada para a produção de bens de consumo e acumulação de riqueza (Brancaleone, 2016).

A crise de conscientização sobre o meio ambiente iniciou-se, a partir do desenvolvimento de agendas internacionais, voltadas para a discussão dos impactos ambientais provocados pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento (Figura 1).

Os aspectos principais dessas discussões, como as dependências do desenvolvimento e a utilização de recursos renováveis e não renováveis, a preservação do meio ambiente ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo na Suíça, no ano de 1972. Essas discussões, inicialmente ocorreram pelo mesmo grupo de discussão no encontro de Founex em 1971 (Sachs, 2005).

**Figura 1. Linha do tempo com os principais eventos voltados ao meio ambiente**



Fonte: Assunção (2022).

As abordagens sobre o meio ambiente, após a Conferência de Estocolmo em 1972 demonstraram uma nova perspectiva sobre os problemas ambientais e os entendimentos da sociedade. Os acordos ambientais multilaterais subsequentes traziam um novo enfoque, o entendimento entre a relação do meio ambiente e as formas de desenvolvimento. Essa conexão entre meio ambiente e desenvolvimento surge um novo conceito de desenvolvimento sustentável (Barbieri, 2017).

No ano de 1987, a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) institui a criação da Comissão Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, responsável pela elaboração de outro marco importante na história, o relatório Nosso Futuro Comum também intitulado de Relatório de Brundtland. O relatório traz críticas ao modelo de desenvolvimento implantado pelos países desenvolvidos ou industrializados e replicados nos países em desenvolvimento, os padrões de consumo e produção já vislumbravam uma expectativa de crescimento desenfreado e duramente criticado pelos estudiosos da área. O principal conceito do relatório enfatiza que, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p. 46).

Em 1992, ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e meio Ambiente (ECO 92), realizada no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, mobilizou 178 países respondentes. Neste período houve importantes discussões, sobre as preocupações sobre as questões sociais, o meio ambiente e preservação ambiental. Como um dos principais resultados dessa conferência, a Agenda 21 tornou-se base para outras conferências; com 21 ações prioritárias sobre o meio ambiente e aspectos sociais relevantes às populações mundiais (Fonseca; Souza; Jabbour, 2010).

A partir dos anos 2000, observou-se que as empresas começaram a tratar as práticas ambientais de modo estratégico; assim, as preocupações com o meio ambiente e as práticas adotadas nas empresas passavam a apresentar o intuito de

minimizar os impactos ambientais e atender aos anseios da mídia e sociedade (Camarotto; Bernardo. 2012).

A fabricação de produtos e a prestação de serviços que satisfaçam as necessidades e vontades das pessoas requer recursos, conhecidos como fatores de produção ou o conjunto de elementos indispensáveis a um processo produtivo. Esses fatores incluem o trabalho humano e os recursos naturais, que sempre desempenharam um papel essencial. O capital, representando os instrumentos de produção criados pelo esforço humano para fabricar outros produtos e serviços, foi introduzido na vida cotidiana da humanidade em uma fase posterior. Os recursos naturais constituem os elementos básicos de que todos os seres humanos dependem. A produção, portanto, envolve a conversão de recursos naturais em produtos e serviços para atender às necessidades e desejos da sociedade (Barbieri, 2017).

Embora seja unitário o conceito de meio ambiente, os doutrinadores para fins didáticos dividiram-no em quatro aspectos: natural, artificial, cultural e do trabalho. Acerca dessa divisão, descreve que:

A divisão do meio ambiente em aspectos que o compõem busca facilitar a identificação da atividade degradante e do bem imediatamente agredido. Não se pode perder de vista que o direito ambiental tem como objeto maior tutelar a vida saudável, de modo que a classificação apenas identifica o aspecto do meio ambiente em que valores maiores foram aviltados. E com isso encontramos pelo menos quatro significativos aspectos: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho (Fiorillo, 2017, p. 22).

O meio ambiente como condição de existência da vida, estende-se além da biosfera, por exemplo, os seres vivos estão condicionados a certa exposição às radiações ultravioleta, que por sua vez dependem da camada de ozônio existente na estratosfera, região da atmosfera onde não há vida (BARBIERI, 2017).

O cumprimento e o desenvolver de políticas públicas, no enfoque do setor público, é de vital importância e se faz necessário possuir uma visão holística dos preceitos presentes e pertinentes ao tema.

Cabe destacar, conforme apontado por Barbieri (2017), que política pública ambiental se refere às metas, princípios e meios de atuação disponíveis ao governo para alcançar resultados positivos no meio ambiente. O crescente engajamento dos Estados Nacionais em assuntos ambientais e a ampla gama de desafios nessa área levaram ao desenvolvimento de diversos métodos de ação em políticas públicas ambientais. Esses métodos visam prevenir novos problemas ambientais e reduzir ou eliminar os já existentes.

## 2.2 Sistema de Gestão Ambiental

A gestão ambiental é a forma que as organizações podem realizar ações integradas e direcionadas, relacionadas a redução dos impactos ambientais negativos, planejar e gerenciar as atividades inerentes ao degaste do meio ambiente nos meios internos e externos. O sistema de gestão ambiental se faz necessário para a prevenir os danos ambientais ocorridos em decorrência das organizações, o planejamento de políticas internas para consolidar as práticas de preservação ambiental eficiente (Almeida, 2002).

A gestão ambiental é, portanto, um sistema que compreende o desenvolvimento de tarefas administrativas e operacionais em todas as áreas de atuação das empresas. Seu propósito é identificar soluções para desafios ambientais



existentes e estabelecer métodos para evitar problemas futuros. Para alcançar esse objetivo, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) exige a criação de diretrizes, a definição de metas, a coordenação de atividades e a avaliação dos resultados (Barbieri, 2017).

A implantação do sistema de gestão ambiental, conforme descrita por Almeida (2002), inicia-se pela implantação de uma política de melhorias do desempenho ambiental na organização, incentivada por uma estrutura compatível para implantar as ações decorrentes dessa política, organizada em forma de um documento público chamado de declaração ambiental. O processo de implantação do sistema de gestão ambiental ainda inclui a auditoria ambiental, definida como um exame da disposição da organização em adaptarem-se as normas, leis ambientais em relação ao meio ambiente. A análise inicial se constitui como preparatória para o planejamento do sistema de gestão ambiental, no entanto, após a implantação do sistema torna-se periódica na organização.

Em 1993, o padrão ISO 14001 começou a ser desenvolvido pelo Comitê Técnico 207 (TC 207), dividido em subcomissões e grupos de trabalho cuja função era discutir a elaboração de aspectos técnicos e textos prévios de normas, negociando melhorias e aprovações públicas. Posteriormente, publicado em nível internacional, os países traduziram, publicaram e divulgaram as normas mediante a órgãos de “Normalização”, no caso do Brasil, o órgão responsável é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (Moraes; Pugliesi, 2014).

As Normas ISO 14.001 e ISO 14.004 apresentam, respectivamente, os requisitos e as diretrizes gerais para a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas organizações. Certamente, a ISO 14.001 é a Norma mais utilizada pelas empresas, pois além de ser a única certificável da série ISO14.000, fornece a base principal para o planejamento e a realização de ações de melhorias ambientais, também atuando como um mecanismo de integração para a aplicação das demais Normas da série. (Moraes; Pugliesi, 2014, p.29).

Dessa forma, a implementação de um sistema de gestão ambiental baseado na norma ISO 14001 por uma empresa pode ser considerada uma inovação por se tratar de um processo exigente de mudança comportamental e organizacional, cuja introdução envolve vários graus ambiguidade.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste estudo recorreu-se à pesquisa descritiva. Conforme apontado por Gil (2008, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Com relação às técnicas de coleta de dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionário e entrevista. A pesquisa bibliográfica abrange todos os resultados relacionados a um determinado tema, ou seja, são fontes secundárias, tornadas pública a partir de publicação de livros, jornais, periódicos, dissertações, teses (Estrela, 2018).

Já a aplicação do questionário permitiu obter informações diretas dos respondentes de forma estruturada e padronizada. Isso proporcionou uma base sólida para a coleta de dados quantitativos e qualitativos, permitindo a análise sistemática de variáveis específicas, a identificação de tendências e a exploração de percepções, opiniões e experiências dos respondentes (Gil, 2008). Quanto à entrevista semiestruturada, Triviños (2010) a define como aquela que pelos questionamentos

básicos se coleta informações importantes do entrevistado e estas vão se transformando em outros novos questionamentos.

Adotou-se ainda a abordagem quali-quantitativa que combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa para obter uma compreensão mais completa de um fenômeno de pesquisa. A combinação dessas abordagens permitiu obter uma visão mais abrangente do problema em questão, tal como sugerido por Estrela (2018).

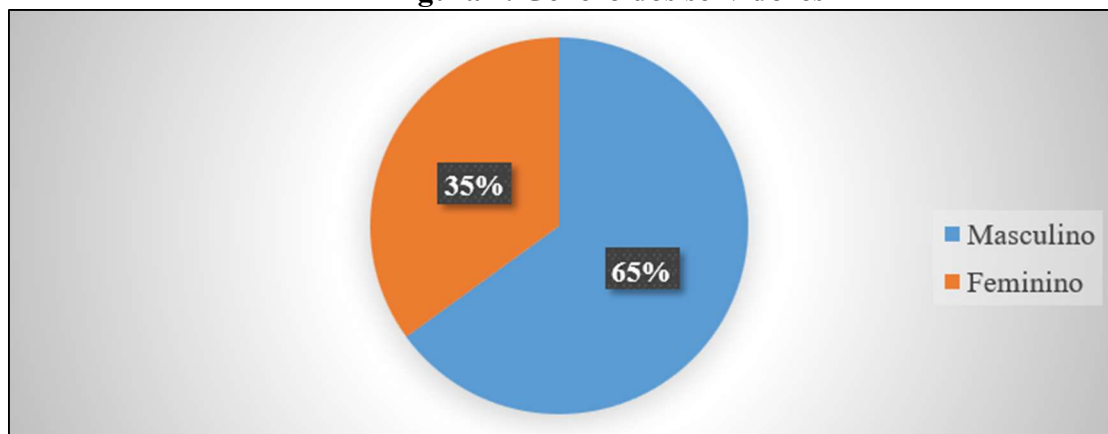
Diante disso, podemos caracterizar a pesquisa como um estudo de caso posto que tem a intenção de apresentar uma visão completa dos problemas identificados que podem influenciar ou não um ambiente em específico (Gil, 2008). Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida no Fórum Dr. José Lima Rodrigues, localizado na comarca de Juara-MT.

O questionário foi aplicado à 56 (cinquenta e seis) funcionários por meio do Google Forms, uma ferramenta usada para criar formulários personalizados para pesquisa e questionários online em que as respostas podem ser organizadas em gráficos. Porém, foram obtidas 41 (quarenta e um) respostas que compuseram os sujeitos da pesquisa selecionados sem distinção em relação a cargo, com a finalidade de entender como funciona a aplicabilidade da gestão ambiental e suas práticas adotadas. A pesquisa também foi instrumentada por meio de uma entrevista com a gestora do Fórum de Juara.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises apresentadas a seguir são provenientes da pesquisa aplicada aos servidores do Fórum da Comarca de Juara-MT. O questionário foi aplicado a 56 (cinquenta e seis) servidores e teve um total de 41 (quarenta e um) respondentes, juntamente uma entrevista com a atual gestora geral do órgão.

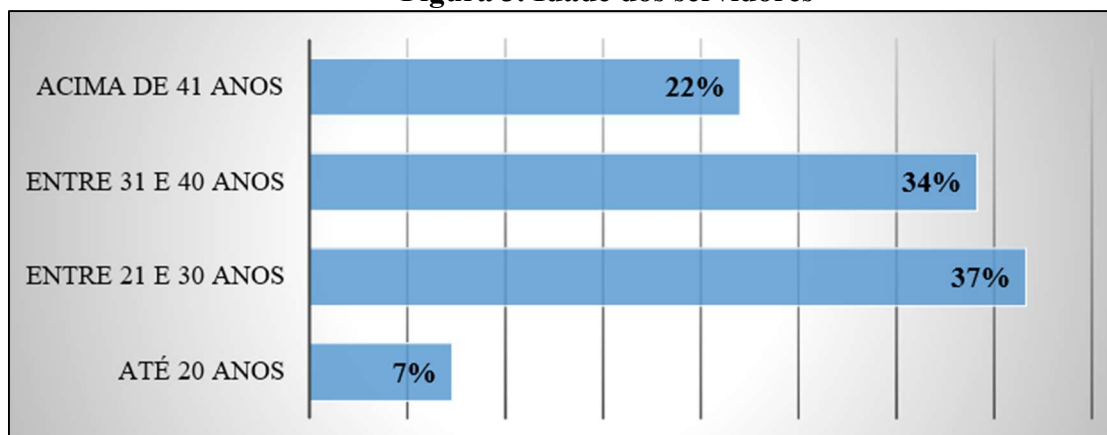
**Figura 2. Gênero dos servidores**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

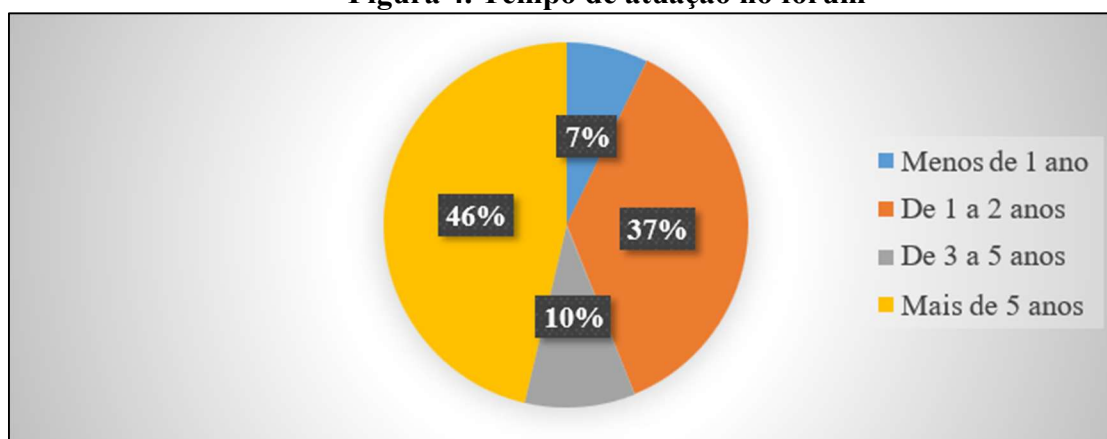
Quanto ao perfil dos servidores, a maioria (65%) é do gênero feminino; enquanto o demais (35%) é do sexo masculino (Figura 2).

Já em relação a idade dos respondentes, percebe-se que os indivíduos com idade entre 21 e 40 representam 71% do quadro de funcionários (Figura 3).

**Figura 3. Idade dos servidores**


Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Aos respondentes, quando perguntado sobre o tempo em que prestam serviços no referido órgão, percebe-se um número significativo de servidores com mais de 5 anos de atuação no fórum ( $n=46,3\%$ ) o que pode indicar a baixa rotatividade de funcionários (Figura 4).

**Figura 4. Tempo de atuação no fórum**


Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

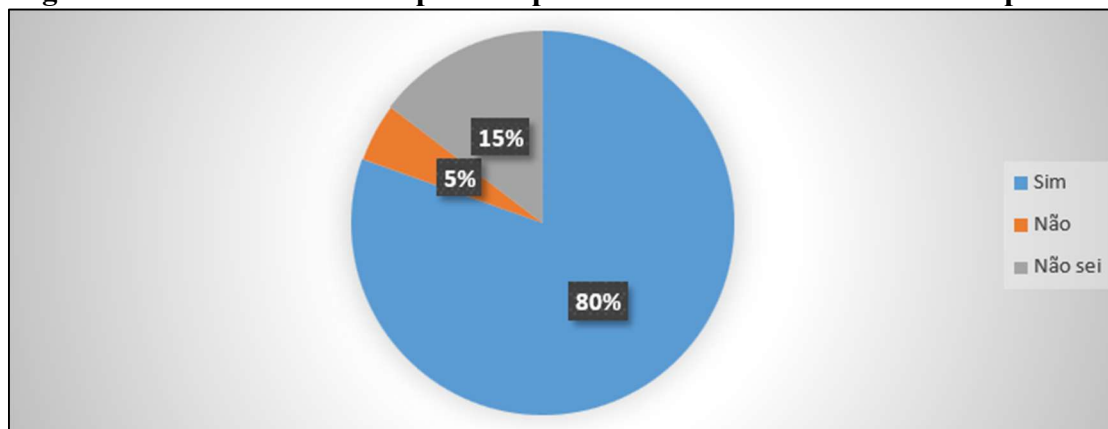
É importante salientar, conforme apontado por Azevedo; Lino e Diniz (2019), que uma baixa rotatividade de pessoal pode ter tanto aspectos positivos quanto negativos. Por um lado, uma baixa rotatividade pode indicar estabilidade e experiência na equipe, o que geralmente é benéfico para a continuidade e eficiência das operações do órgão. Os servidores com maior tempo de serviço tendem a ter um conhecimento mais profundo dos processos, das políticas e das necessidades dos clientes, o que pode contribuir para a prestação de serviços de maior qualidade e para a manutenção de um ambiente de trabalho mais estável.

Por outro lado, uma baixa rotatividade também pode ter desvantagens uma vez que pode indicar falta de oportunidades de crescimento ou promoções dentro do órgão, levando assim, à insatisfação dos funcionários e à falta de renovação de ideias e práticas. Além disso, em alguns casos, uma baixa rotatividade pode estar associada à resistência à mudança e à dificuldade de incorporar novas perspectivas e inovações (Azevedo; Lino; Diniz, 2019). Tratando em específico de práticas ambientais,



questionou-se se os respondentes tinham conhecimento de práticas ambientais sustentáveis desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça (Figura 5).

**Figura 5. Conhecimento a respeito de práticas ambientais desenvolvidas pelo TJ**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Diante dos dados obtidos, salienta-se que é positivo observar que a maioria dos respondentes (n=80%), afirmou ter conhecimento de práticas sustentáveis adotadas pelo Tribunal de Justiça. Isso sugere que as ações ambientais da instituição estão de alguma forma sendo comunicadas e conscientizando uma parcela significativa dos envolvidos.

No entanto, a presença de 15% dos respondentes que responderam que não tinham conhecimento dessas práticas, indica uma oportunidade de melhoria na divulgação e na conscientização sobre as iniciativas ambientais. Segundo Severo e Guimarães (2017), é importante garantir que as informações sobre práticas sustentáveis sejam amplamente divulgadas e acessíveis a todos os envolvidos, pois isso pode influenciar positivamente o engajamento e a adoção de comportamentos ambientalmente responsáveis.

Os 5% dos respondentes que afirmaram não saber se tinham conhecimento das práticas ambientais sustentáveis, demonstram uma lacuna na comunicação e na conscientização ambiental. Isso pode ser devido à falta de clareza na divulgação ou a uma falta de interesse em tais práticas por parte desse grupo.

Nessa perspectiva, à gestora foi questionada o que significava sustentabilidade em órgãos públicos, ao que ela respondeu como “*são decisões para melhor manutenção dos recursos*”. A resposta reflete o papel fundamental das instituições governamentais na gestão responsável dos recursos disponíveis, que incluem não apenas os financeiros, mas também os recursos naturais e humanos, conforme destacado por Abreu; Castro e Lázaro (2013). A abordagem da gestora sugere que a sustentabilidade no contexto público não se limita apenas a questões ambientais, mas também abrange a eficiência e a eficácia na utilização desses recursos para atender às necessidades presentes e futuras da sociedade.

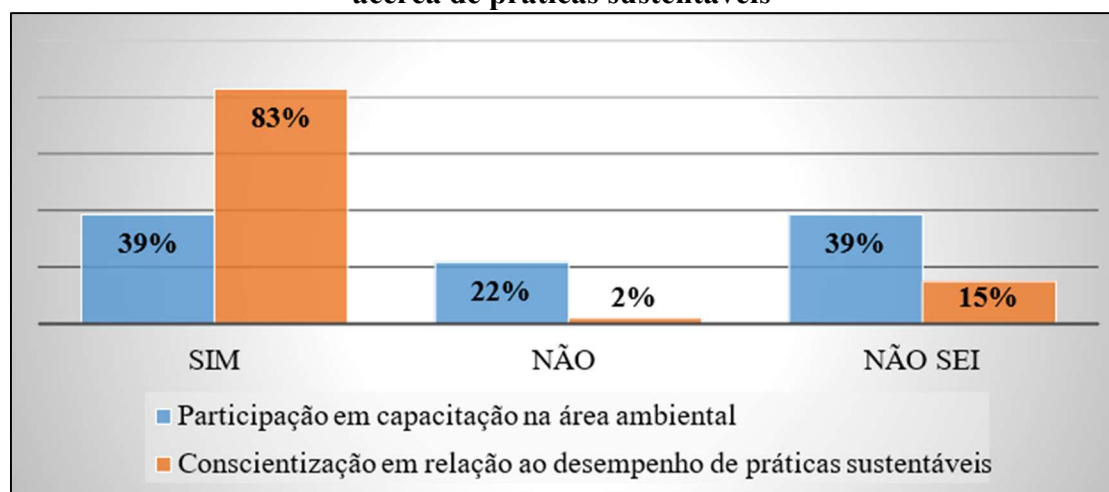
Essa definição enfatiza a importância de tomar decisões que considerem o impacto a longo prazo e a responsabilidade com as gerações futuras, além de otimizar a utilização de recursos escassos. É uma visão alinhada com os princípios da governança sustentável, que buscam não apenas atender às demandas imediatas, mas também preservar a capacidade de atender às necessidades futuras e manter um equilíbrio entre aspectos econômicos, ambientais e sociais (Abreu; Castro; Lázaro, 2013).

Além disso, a gestora informou que programas tais como racionalização, economia do consumo de água, energia e coleta de material reciclável, são os programas de gestão em sustentabilidade implantados no fórum.

De acordo com Gazzoni *et al.* (2018), iniciativas de racionalização de matérias-primas busca otimizar o uso de recursos e minimizar o desperdício, o que pode levar a uma economia financeira e ambiental significativa. Além disso, a economia de consumo de água e energia é crucial, não apenas para reduzir custos operacionais, mas também para mitigar o impacto ambiental e contribuir para metas de redução de emissões de carbono. Já a coleta de material reciclável é uma ação que promove a responsabilidade ambiental e contribui para a redução da quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários.

Os servidores foram questionados ainda se participavam de capacitações na área ambiental. Por outro lado, foi questionado se havia conscientização dos servidores em relação ao desempenho de práticas sustentáveis no fórum (Figura 6).

**Figura 6. Participação em capacitação na área ambiental e conscientização acerca de práticas sustentáveis**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Salienta-se que, inicialmente, 39% dos servidores responderam afirmativamente quando questionados sobre a participação em capacitações na área ambiental. Isso é um ponto positivo, posto que indica que uma parte significativa da equipe busca ativamente adquirir conhecimento e habilidades relacionados à sustentabilidade. De acordo com Silva e Martins (2017), a iniciativa de capacitação nas empresas pode contribuir para a conscientização e a implementação de práticas mais sustentáveis no local de trabalho.

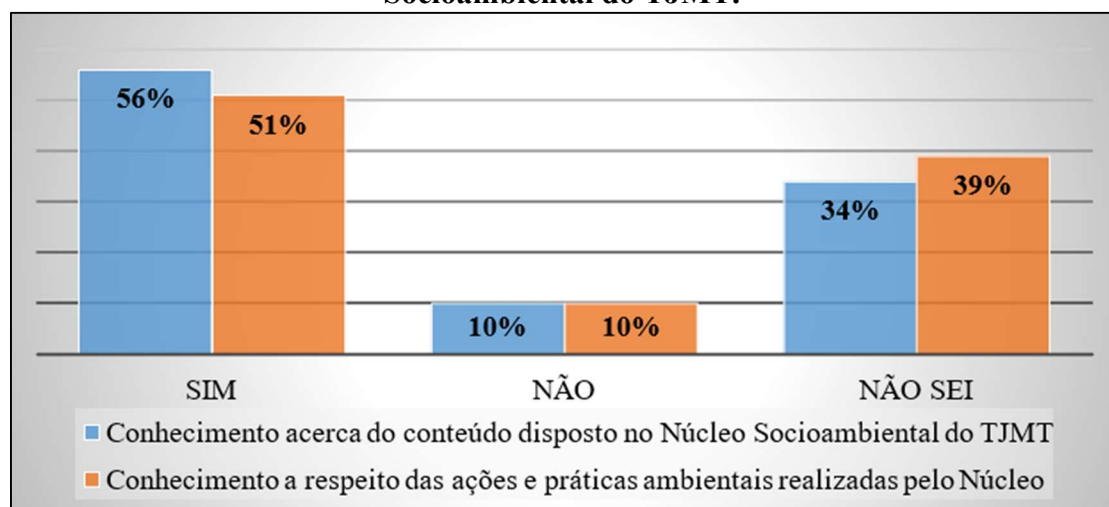
Em contraste, 22% dos servidores afirmaram que não participam de capacitações na área ambiental o que sugere que ainda existe uma parcela significativa da equipe que não está envolvida em atividades de formação voltadas à temática. Sendo assim, é importante avaliar as razões por trás dessa falta de participação e considerar estratégias para envolver esse grupo em programas de capacitação.

Em relação à conscientização dos servidores sobre práticas sustentáveis no Fórum, os dados revelam um cenário positivo, com 83% dos servidores afirmando que estão cientes dessas práticas. Isso indica que a maioria da equipe reconhece a importância da sustentabilidade e tem conhecimento das iniciativas em andamento.

No entanto, 15% dos servidores responderam que não sabem se existem práticas sustentáveis no fórum, e 2% afirmaram que não têm consciência dessas práticas. Esses números ressaltam a necessidade de melhorar a comunicação e a conscientização entre a equipe em relação às ações sustentáveis implementadas no ambiente de trabalho. Além disso, esses dados corroboram com àqueles apresentados na figura 5, em que 15% também não tinham conhecimento de práticas sustentáveis desenvolvidas na Comarca.

Questionou-se ainda se os servidores tinham conhecimento a respeito do conteúdo disposto no Núcleo Socioambiental no site do TJMT e a respeito de ações e práticas ambientais realizadas pelo mesmo Núcleo Socioambiental:

**Figura 7. Conhecimento a respeito do conteúdo e das práticas do Núcleo Socioambiental do TJMT.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Percebe-se que, quando questionados sobre o conhecimento do conteúdo disposto no Núcleo Socioambiental, 56% dos servidores afirmaram estar cientes desse conteúdo. Isso sugere que uma maioria significativa da equipe tem alguma familiaridade com as informações e recursos disponibilizados pelo Núcleo. Esse nível de conhecimento pode ser considerado otimista, uma vez que demonstra um interesse e engajamento por parte desses servidores em questões socioambientais. No entanto, 10% dos servidores responderam que não têm conhecimento do conteúdo do Núcleo, indicando que há uma parcela que ainda não está ciente dessas informações.

Quando se trata das ações e práticas ambientais realizadas pelo Núcleo Socioambiental, 51% dos servidores afirmaram estar cientes dessas ações. Esse dado também é otimista, pois indica que a maioria dos funcionários está a par das iniciativas ambientais em andamento. Essa conscientização pode contribuir para a participação e o apoio das ações do Núcleo. Por outro lado, 10% dos servidores responderam que não conhecem as ações e práticas ambientais realizadas pelo Núcleo, enquanto 39% afirmaram que não sabem a respeito.

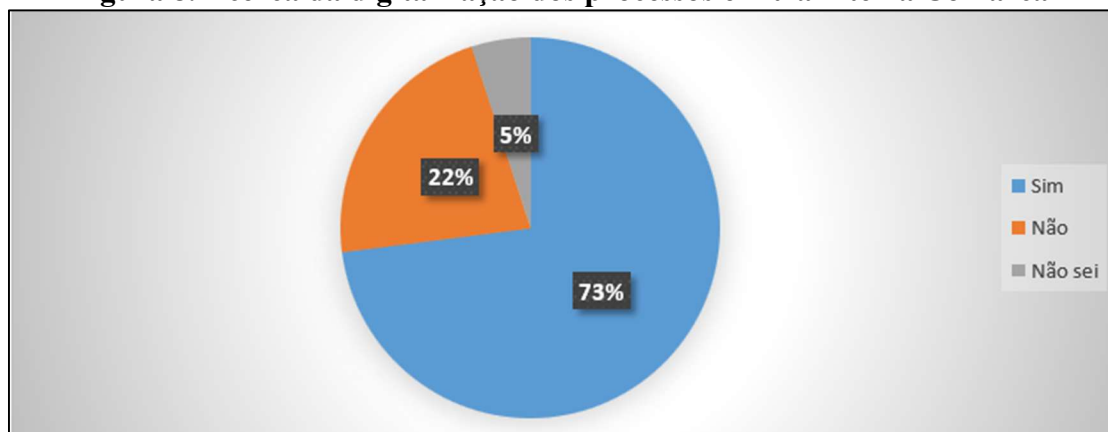
Destaca-se ainda que foi questionado à gestora se o referido órgão possui algum tipo de relatório sobre questões ambientais, obtendo a seguinte resposta: “*Sim, mas fica no tribunal de justiça com o setor de sustentabilidade*”. Além disso, foi perguntado se o TJMT avalia o desempenho da Comarca em relação às práticas ambientais ao As respostas fornecidas pela gestora revelam informações valiosas sobre a gestão ambiental no Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT).

A informação de que o TJMT avalia o desempenho das comarcas em relação às práticas ambientais é igualmente relevante. O fato de as comarcas serem pontuadas e premiadas uma vez por ano com base no percentual de economia de recursos ambientais demonstra uma abordagem proativa na promoção da sustentabilidade. Segundo Oliveira *et al.* (2014), tal iniciativa pode incentivar um maior engajamento das comarcas e servidores na adoção de práticas ambientalmente responsáveis, ao mesmo tempo em que reconhece e recompensa os esforços bem-sucedidos.

No entanto, ainda segundo Oliveira *et al.* (2014), é importante garantir que a avaliação do desempenho e a premiação sejam transparentes e justas, com critérios bem definidos e comunicados de forma clara a todos os envolvidos. Além disso, é fundamental que a premiação seja acompanhada de medidas de incentivo contínuo e apoio para que as comarcas possam continuar aprimorando suas práticas ambientais.

Questionou-se aos servidores sobre a digitalização dos processos em tramitação na Comarca (Figura 8). Um total de 73% dos respondentes confirmou que os documentos estão digitalizados, indicando uma adoção considerável da tecnologia nesse processo. No entanto, 22% dos respondentes afirmaram que os processos não estão digitalizados, o que é um ponto de atenção, pois a digitalização é uma prática que pode trazer benefícios em termos de eficiência e economia de recursos. Vale ressaltar ainda os 5% que responderam não saber.

**Figura 8. Acerca da digitalização dos processos em trâmite na Comarca**

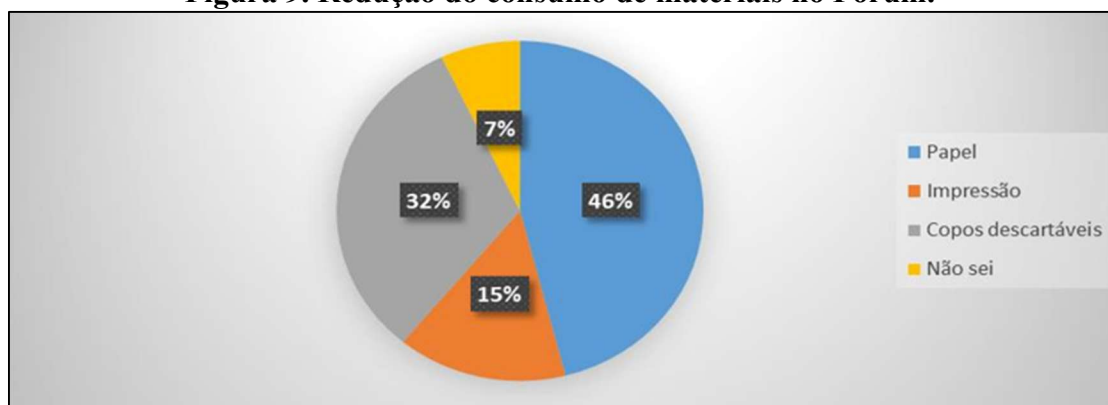


Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Segundo Bottcher e Sliwka (2020), a digitalização de processos é uma prática relevante no contexto jurídico, uma vez que pode aumentar a eficiência na gestão documental, reduzir o uso de papel e facilitar o acesso às informações. Portanto, é um ponto otimista que a maioria dos servidores do Fórum está ciente da digitalização em sua Comarca. No entanto, é importante investigar as razões por trás dos 22% que afirmaram que os documentos não estão digitalizados, com o objetivo de identificar possíveis obstáculos ou áreas de melhoria na implementação desse processo. Além disso, é fundamental fornecer informações claras e acessíveis a todos os servidores para garantir uma compreensão completa do estado da digitalização e promover a eficiência e a redução de desperdícios.

Questionou-se também se houve nos últimos anos, redução no consumo de materiais na Comarca (Figura 9). Percebe-se que boa parte dos respondentes alegaram redução no uso de papel o que pode estar atrelado à digitalização dos processos. Salienta-se que itens como água, energia e tonner não foram selecionados pelos respondentes.

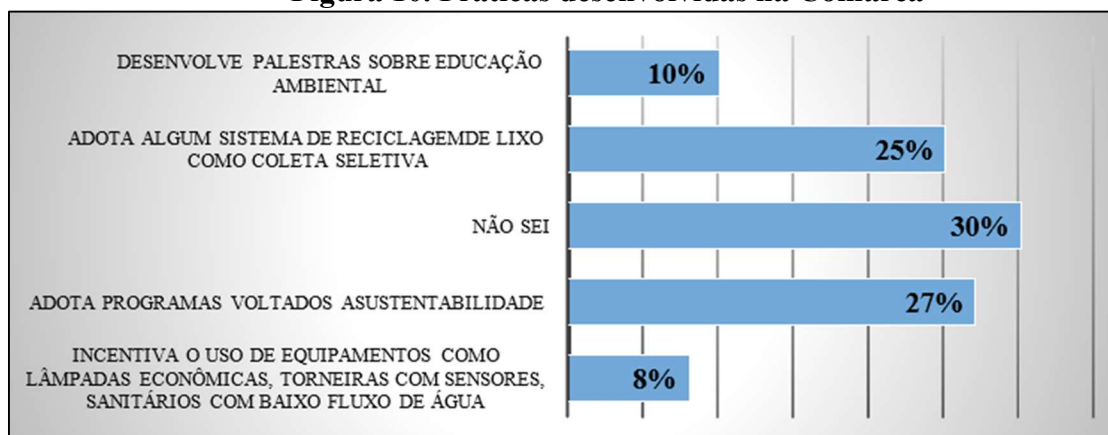
**Figura 9. Redução do consumo de materiais no Fórum.**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Chama a atenção o fato de que itens como água, energia e toner não foram mencionados pelos respondentes como áreas em que houve redução no consumo nos últimos anos. Embora, ao ser questionada se havia ações promovidas pelo órgão a respeito da sustentabilidade, a gestora respondeu que “*no poder Judiciário tem redução da emissão de carbono e economia de energia*”. Isso pode indicar que a conscientização sobre a importância da economia de recursos nessas áreas pode ser baixa ou que as medidas de redução não foram tão eficazes ou comunicadas de maneira eficiente.

**Figura 10. Práticas desenvolvidas na Comarca**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A escolha da impressão e dos copos descartáveis como os itens em que houve maior redução de consumo, conforme relatado pelos respondentes (15% e 32%, respectivamente), sugere que as iniciativas de redução de desperdício ou a mudança de práticas estão ocorrendo em relação a esses itens. Essa é uma oportunidade para a Comarca identificar e compartilhar boas práticas em sustentabilidade que possam ser aplicadas a outras áreas, como água e energia, para ampliar os benefícios da redução de consumo e promover uma gestão mais eficiente dos recursos. Questionou-se também se na Comarca em que os servidores atuam há o desenvolvimento de práticas tais como as descritas na Figura 10:

Evidencia-se que 27% dos respondentes afirmaram que a Comarca adota programas voltados à sustentabilidade, indicando que a Comarca está engajada em iniciativas que visam promover a responsabilidade ambiental e práticas sustentáveis.

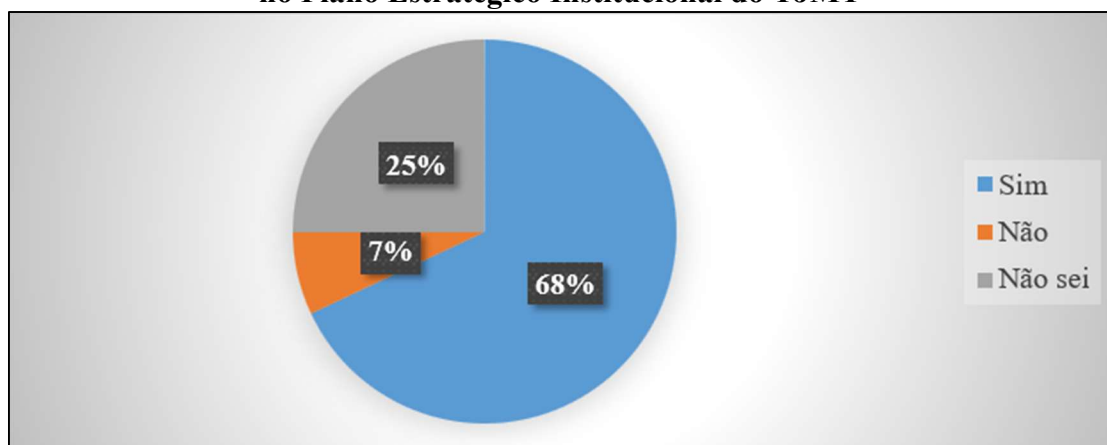


Outros 25% dos servidores mencionaram que a Comarca adota algum sistema de reciclagem de lixo, como a coleta seletiva. Segundo Ferrador Filho *et al.* (2016), esta é uma prática importante na redução de resíduos e no aproveitamento de materiais recicláveis, contribuindo para a redução do impacto ambiental. No entanto, o maior índice foi dos respondentes que responderam "não sei" quando questionados sobre o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade. Isso sugere que a comunicação e a conscientização sobre essas práticas podem não estar suficientemente difundidas entre os servidores, tal como ocorreu em outras perguntas do questionário.

Apenas 8% dos servidores mencionaram o incentivo ao uso de equipamentos econômicos, como lâmpadas de baixo consumo e torneiras com sensores, enquanto 10% mencionaram o desenvolvimento de palestras sobre educação ambiental. Embora esses números sejam relativamente baixos, eles sugerem que essas práticas estão sendo adotadas na Comarca, o que pode ser considerado como um aspecto positivo embora ainda necessite de expansão.

Evidencia-se ainda que a gestora foi questionada se o Tribunal de Justiça estabelece metas a serem cumpridas em relação ao consumo de materiais e recursos naturais, ao que foi respondido: "Sim e não, pois é orientado a cada ano, economizar mais que o ano anterior". Já os servidores foram questionados se a Comarca tem o conhecimento das metas e objetivos dispostos no Plano Estratégico Institucional do TJMT (Figura 11).

**Figura 11. Conhecimento da Comarca a respeito das metas e objetivos dispostos no Plano Estratégico Institucional do TJMT**



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A resposta da gestora sobre o estabelecimento de metas em relação ao consumo de materiais e recursos naturais pelo Tribunal de Justiça apresenta uma lacuna, embora haja orientações para economizar mais a cada ano, não fica claro se metas específicas são definidas e monitoradas. É importante salientar, conforme apontado por Goulart e Pietra (2019), que a abordagem de melhoria contínua é fundamental, pois incentiva a redução do consumo ao longo do tempo, alinhada com os princípios da sustentabilidade.

Por outro lado, a maioria dos servidores (68%) afirma estar ciente das metas e objetivos do plano, o que é um aspecto otimista posto que a compreensão dessas metas é essencial para alinhar o esforço da equipe com a visão estratégica do órgão. No entanto, 25% dos servidores responderam "Não sei", sugerindo que há uma parcela da equipe que não está informada sobre o plano estratégico. Isso destaca a necessidade de aprimorar a comunicação interna e a conscientização para garantir que

todos os servidores entendam e estejam alinhados com as metas e objetivos estabelecidos.

Sendo assim, percebe-se que os dados discutidos fornecem uma visão abrangente da situação do Fórum da Comarca de Juara-MT em relação às práticas de sustentabilidade, conscientização e comunicação interna. Eles revelam tanto progressos quanto desafios significativos que podem orientar esforços futuros em direção a uma gestão mais sustentável e eficaz.

É importante notar que muitos servidores estão cientes de práticas de sustentabilidade em andamento na Comarca, como a digitalização de documentos e a reciclagem de lixo. No entanto, os dados também destacam áreas onde a conscientização e o engajamento precisam ser fortalecidos, especialmente no que diz respeito à comunicação interna e à divulgação das iniciativas de sustentabilidade. Diante disso, os dados fornecem um roteiro para melhorias em várias áreas, incluindo comunicação interna, conscientização e estabelecimento de metas específicas de sustentabilidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, em que cada vez mais se busca uma realidade sustentável, o estabelecimento de leis e políticas públicas que auxiliem na educação ambiental da sociedade, bem como puna com rigor as infrações, têm se tornado indispensáveis para o estilo de vida moderno. Indispensáveis, mas não ainda inteiramente concretizados, pois, se bem que tenha crescido o número de leis a este propósito, há ainda desconhecimento por parte das pessoas dessas leis, desconhecimento e indolência no cumpri-las.

Visto isto, o problema a que se procurou alcançar nesta pesquisa foi: quais práticas ambientais são implementadas pelo poder Judiciário da Comarca de Juara? Mediante exame de dados legais e bibliográficos sobre o assunto, verificou-se que há práticas, como o incentivo à redução do consumo de materiais, coleta seletiva, programas de sustentabilidade, combate à poluição, entre outras práticas.

Empregando-se um levantamento de dados mediante aplicação de um questionário questionário, para avaliar o conhecimento dos servidores do Fórum, bem como uma entrevista com a gestora do Fórum, constatou-se que houve um alto índice de respostas "não sei" no decorrer das respostas do questionário, indicando que, por mais que haja a implementação dessas práticas, é necessário que a administração do fórum considere estratégias para envolver os servidores e esclarecer o que está sendo feito em termos de sustentabilidade ambiental.

Assim sendo, convém não apenas estabelecer medidas e leis no papel, sem que os servidores, responsáveis por fazer da lei realidade, estejam cientes das medidas pretendidas, sendo necessário, portanto, uma atualização informacional entre os funcionários do Fórum e uma maior participação ativa deles nas práticas ambientais pretendidas pela comarca de Juara.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. C.S; CASTRO, F. C; Lazaro, J. C. Avaliação da influência dos stakeholders na proatividade ambiental de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 20-32, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2Frco.v7i17.56693>. Acesso em: 10 mar. 2025.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. In: **O bom negócio da sustentabilidade**. 2002. p. 191-191.

AZEVEDO, R. R.; LINO, A. F.; DINIZ, J. A. Efeitos da rotatividade de pessoal sobre práticas das equipes de contabilidade em municípios. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, p. e144691-e144691, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.144691>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. Saraiva Educação SA, 2017.  
BERNARDO, J. S. S.; CAMAROTTO, J. A. Fatores motivadores da adoção de práticas ambientais em empresas paulistas processadoras de madeira. **Produção**, v. 22, p. 173-184, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65132011005000061>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BÖTTCHER, C. A.; SLIWKA, I. S. Gestão Documental e da Memória do Poder Judiciário: o programa do Conselho Nacional de Justiça. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, v. 4, n. 2, p. 15-46, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v4n2p15-46>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRANCALIONE, L. Educação ambiental: refletindo sobre aspectos históricos, legais e sua importância no contexto social. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 11, n. 23, 2016. Disponível em: [https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/9cb729b2a1f2a4096be7bf53\\_03d7b819358\\_1.pdf](https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_mf/9cb729b2a1f2a4096be7bf53_03d7b819358_1.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

ESTRELA, C. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. Artes Médicas, 2018.

FERRADOR FILHO, A. L. *et al.* Gestão ambiental em órgãos públicos: A contribuição do gerenciamento de contratos num órgão judiciário. **Simpósio Internacional De Gestão De Projetos, Inovação E Sustentabilidade**, v. 5, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311435818\\_Gestao\\_ambiental\\_em\\_orgaos\\_publicos\\_A\\_contribuicao\\_do\\_gerenciamento\\_de\\_contratos\\_num\\_orgao\\_judiciario](https://www.researchgate.net/publication/311435818_Gestao_ambiental_em_orgaos_publicos_A_contribuicao_do_gerenciamento_de_contratos_num_orgao_judiciario). Acesso em: 10 mar. 2025.

FIORILLO, C. A. P. **Estatuto da cidade comentado: Lei n. 10.257/2001: Lei do meio ambiente artificial**. Saraiva Educação SA, 2017.

FONSECA, S. A.; SOUZA, S. B.; JABBOUR, C. J. C. Desafios e oportunidades das incubadoras de empresas para a incorporação de estratégias ambientais. **Organizações & Sociedade**, v. 17, p. 331-344, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000200006>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GAZZONI, F. *et al.* O papel das IES no desenvolvimento sustentável: estudo de caso da Universidade Federal de Santa Maria. **Revista Gestão Universitária na América**

Latina- GUAL, v. 11, n. 1, p. 48-70, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p48>. Acesso em: 10 mar. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, Editora Atlas-2008.

GOULART, L. C.; PIETRA, P. A. Gestão ambiental e a política pública de sustentabilidade do Poder Judiciário de Goiás, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 14, p. 733-748, 2019. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/576>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 32, p. 433-460, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-3098201500000027>. Acesso em: 10 mar. 2025.

OLIVEIRA, L. G. L. *et al.* A gestão ambiental no poder judiciário: estudo exploratório de um tribunal de justiça. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 2, p. 113-133, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18696/reunir.v4i2.208>.

PUGLIESI, E.; MORAES, C. S. B. Auditoria ambiental e a norma ISO 19011. **Auditoria e Certificação Ambiental**. 1ed. Curitiba/PR: Intersaberes, v. 1, p. 91-132, 2014. Acesso em: 10 mar. 2025.

SACHS, J. D. The development challenge. **foreign affairs**, p. 78-90, 2005.

SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F. Trajetórias e perspectivas da sustentabilidade e práticas ambientais: uma pesquisa bibliométrica. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1230>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SILVA, M.; MARTINS, D. P. A educação ambiental e a sua importância para a implementação de um sistema de gestão ambiental. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 44, p. 40-57, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820170125>. Acesso em: 10 mar. 2025.